Segunda brigada

Sargento ajudante condutor de máquinas	1
Primeiros ou segundos sargentos condutores de máquinas	3
Cabos fogueiros	2
Primeiros ou segundos fogueiros	10

Terceira brigada

Sargento ajudante de manobra	1
Primeiros ou segundos sargentos de manobras	3
Cabos marinheiros	3
Primeiros ou segundos marinheiros T. S.	2
Primeiros ou segundos marinheiros	10
Primeiros ou segundos grumetes	20

Quarta brigada

Primeiros ou segundos marinheiros torpedeiros	4
---	---

Quinta brigada

Primeiro sargento do serviço geral	1
Primeiro ou segundo sargento artifice carpinteiro	1
Primeiro ou segundo sargento artifice torpedeiro electricista	1
Primeiro ou segundo sargento enfermeiro	1
Dispenseiro de 1. ^a classe	1
Cozinheiro de 1. ^a classe	1
Cozinheiro de 2. ^a classe	2
Criados de câmara	3

Total 95

2.^a Direcção Geral do Ministério da Marinha, 6 de Janeiro de 1919.—Pelo Director Geral, *A. Belo*, capitão de fragata.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares****Decreto n.º 5:091**

Tendo cessado as razões que determinaram, originariamente, a criação do Consulado de Portugal em Ciudad Rodrigo, sem que outras sobrevissem a aconselhar a conservação d'este posto de fronteira;

Atendendo a que Salamanca é um centro comercial importante, ponto de cruzamento de cinco linhas férreas, capital de provincia, sede de governos civil e militar desta, onde Portugal tem interesses consideráveis a defender;

Atendendo a que o rendimento actual d'este último posto, como simples vice-consulado precariamente gerido, é de cerca de 3:000 pesetas por ano, quando o consulado de carreira de Ciudad Rodrigo pouco mais é de 800 pesetas por ano;

Tendo em vista o parecer da Legação de Portugal em Madrid;

Usando da autorização concedida no § único do artigo 51.º do decreto-lei de 26 de Maio de 1911:

Hei por bem, sob proposta do Ministro interino dos Negócios Estrangeiros, transferir para Salamanca a sede do consulado de carreira de Ciudad Rodrigo, devendo continuar a existir nesta última cidade um vice-consulado.

O mesmo Ministro interino o faça publicar. Paços do Governo da República, 28 de Dezembro de 1918.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — João Alberto Pereira de Azevedo Neves.*

Decreto n.º 5:092

Tendo em vista a importância comercial do porto de Santos, e querendo atender às solicitações da numerosa colónia portuguesa ali existente: hei por bem, sob proposta do Ministro interino dos Negócios Estrangeiros, elevar o respectivo vice-consulado a consulado de 4.^a classe.

O mesmo Ministro interino o faça publicar. Paços do Governo da República, 28 de Dezembro de 1918.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — João Alberto Pereira de Azevedo Neves.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO**Secretaria Geral****Portaria n.º 1:635**

Tendo-se suscitado dúvidas na interpretação dalgumas disposições da portaria n.º 1:295, de 10 de Abril de 1918, que regula o processo de revisão dos contratos de empreitadas de obras públicas por motivo de prejuízos derivados da guerra, nas condições do decreto n.º 4:076, da mesma data: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio, que, em relação aos contratos de obras públicas dependentes d'este Ministério, sejam observadas as prescrições seguintes:

I

Os adjudicatários de obras públicas, dependentes do Ministério do Comércio, que aleguem ter sofrido prejuízos, derivados da guerra, na execução dos trabalhos que lhes tenham sido adjudicados, podem requerer a revisão do seu contrato, que lhes será concedida, verificando-se as seguintes condições:

1.^a Que a data do contrato seja anterior a 31 de Dezembro de 1916, quer se trate de empreitada ainda em execução, quer de empreitada já concluída, recebida ou não definitivamente;

2.^a Que, em virtude de contrato celebrado anteriormente a 31 de Dezembro de 1916, o empreiteiro tenha executado trabalhos posteriormente a 1 de Setembro de 1914;

3.^a Que o empreiteiro tenha cumprido todas as cláusulas e condições do seu contrato, e tenha executado os trabalhos em harmonia com o projecto e alterações aprovadas;

4.^a Que acerca dos trabalhos a que se refere a condição 2.^a tenha o empreiteiro apresentado, anteriormente à data do decreto n.º 4:076, quaisquer reclamações, quer se encontrem em andamento, quer tenham sido desatendidas; as reclamações apresentadas posteriormente àquela data só podem ser reguladas pela legislação anterior ao mesmo decreto.

II

O requerimento do empreiteiro pedindo a revisão do contrato deverá ser apresentado ao chefe de trabalhos, que o enviará ao director dos serviços, devidamente informado.

III

O director dos serviços em seu parecer, no qual especificadamente deve declarar se todas ou quais das condições 1.^a a 4.^a da prescrição 1.^a estão verificadas, e se efectivamente se deu caso de força maior que tivesse influência no custo dos trabalhos objecto da empreitada, tornando-o mais gravoso ao adjudicatário, remeterá o requerimento às instâncias superiores para sobre ele resolverem definitivamente.

O indeferimento do pedido do empreiteiro significa apenas que o Estado lhe não concede a revisão do contrato